

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	29
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	35
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	50
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	54

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Antes de tomar qualquer decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar que nossos negócios podem ser adversa e materialmente afetados por diversos riscos de mercado no curso normal de nossas atividades e, por conseguinte, nos impactar negativamente. Os riscos descritos abaixo são aqueles conhecidos por nós, tem caráter exemplificativo, e acreditamos que na eventualidade de ocorrência, podem nos afetar de maneira relevante. Riscos adicionais não conhecidos hoje por nós ou irrelevantes também podem afetar os nossos negócios.

5.1. Principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre os nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, bem como nossas perspectivas sobre o preço de negociação de nossas ações. Alterações de governos assim como alterações significativas de políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias entre outras poderão afetar os nossos negócios.

Inflação

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la, têm historicamente, provocado efeitos adversos sobre a economia brasileira e sobre o mercado brasileiro de capitais. Altos níveis de inflação no futuro poderão nos afetar adversamente, principalmente no que tange a custos de matérias primas e mão de obra, como também custo de financiamentos com taxas de juros atreladas à inflação.

Percepção de Risco

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das nossas ações.

Cambial

A instabilidade na taxa de câmbio e a valorização do real frente ao Euro, Dólar Americano e outras moedas poderão ter um efeito adverso para nós. A moeda brasileira tem sofrido variações significativas em relação ao Dólar Americano e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas, em decorrência de diversas pressões. Planos econômicos foram implementados e se basearam em diferentes políticas cambiais, que resultaram em significativas variações na taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Americano, por exemplo.

Atuamos internacionalmente e estamos expostos a riscos cambiais decorrentes de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar Americano e do Peso Argentino. O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Temos certos investimentos em operações no exterior cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Atualmente, não possuímos hedges contratados para a nossa exposição em moeda estrangeira, principalmente para nosso endividamento (empréstimos e financiamentos, debêntures conversíveis, bônus perpétuos e perdas com derivativos, circulantes e não circulantes), que em 31 de dezembro de 2013, era 49,9% denominado em moeda estrangeira.

Taxas de Juros

A variação nas taxas de juros também pode nos afetar adversamente, bem como pode afetar adversamente o valor de negociação de nossas ações.

O nosso risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados a taxas variáveis nos expõem ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa. Os nossos empréstimos a taxas variáveis são principalmente denominados em Reais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos nossos financiamentos. Em 31 de dezembro de 2013, possuíamos R\$312,4 milhões de endividamento com taxas de juros variáveis, excluindo as Debêntures Conversíveis.

Considerando o perfil do endividamento do Grupo em 31 de dezembro de 2013, o impacto sobre o resultado, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juros variáveis, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, corresponderia um aumento/redução aproximado de R\$520 mil no ano da despesa com juros.

Riscos de Crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições a crédito a clientes. Alterações significativas nas condições de crédito relacionadas aos itens acima mencionados poderão nos afetar materialmente, como por exemplo, a posição de caixa e equivalentes de caixa ser reduzida por inadimplência de clientes, comprometimento de recursos perante instituições financeiras que poderiam ser utilizados para financiar nossas operações, incapacidade de honrar compromissos relacionados a instrumentos financeiros derivativos, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Riscos para os quais se busca proteção**

Risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de capital.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge):

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía contratos de derivativo em aberto.

Em julho de 2011, a Companhia liquidou os contratos de compra de NDFs ("Non Deliverable Forwards") qualificados como *hedge* de Fluxo de Caixa ("Cash Flow Hedge"). Estas operações tiveram como objetivo a proteção de exposição cambial do dólar norte-americano para a moeda local, referente ao pagamento de juros de bônus perpétuo, realizado trimestralmente.

"Swap" de taxa de câmbio

No exercício de 2013 a Companhia liquidou os contratos de swap de taxa de câmbio qual objetivo era garantir a administração de riscos cambiais contra a variação cambial existente em contrato de dívida. O impacto registrado no resultado financeiro do exercício de 2013 resultou em um ganho de R\$503 mil.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco cambial:

Para administrar nosso risco cambial decorrente de operações comerciais, buscamos equilibrar a nossa balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional, bem como operar eventualmente com operações de *trava/hedge* de moeda.

Nas operações de captações de recursos através de dívidas sem previsão de vencimento (bônus perpétuo), não foram utilizados instrumentos de proteção cambial haja vista não haver fluxo de liquidações de principal envolvido, portanto sem efeito relevante no caixa. A exposição contábil e patrimonial a estas oscilações permanece nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juros:

Analisamos nossa exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários, definimos uma mudança razoável na taxa de juros e calculamos o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros.

Risco de liquidez:

Monitoramos o nosso nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, Caixa e Equivalentes de Caixa. Geralmente, isso é realizado em nível local nas nossas controladas operacionais, de acordo com a prática e os limites estabelecidos por nós. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que atuamos. Além disso, a nossa política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Risco de capital:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Monitoramos o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida sobre o capital total. A dívida líquida, conforme calculado por nós, corresponde ao total do endividamento financeiro (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures conversíveis, bônus perpétuos e perdas com derivativos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de endividamento sem previsão de vencimento (parcela de longo prazo dos bônus perpétuos), e o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito. O capital total é apurado através da soma do capital social, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Em julho de 2011, liquidamos os contratos de compra de NDFs (*non deliverable forwards*) qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*). Estas operações tiveram como objetivo a proteção de exposição cambial do dólar americano para a moeda local, referente ao pagamento de juros de bônus perpétuo, realizado trimestralmente. Não há contratos de derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2013.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo as políticas aprovadas, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A nossa tesouraria identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as nossas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O monitoramento do impacto das operações com instrumentos derivativos é analisado mensalmente e todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, realizamos testes e controles sistemáticos como análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos.

Conforme mencionado acima, estamos expostos a risco de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da nossa moeda funcional, o real), principalmente ao dólar norte-americano, em nossos empréstimos e financiamentos e bônus perpétuo. Realizamos periodicamente a análise que leva em consideração três cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados, acreditamos que as premissas abaixo possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, cabendo salientar, contudo, que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado por nós e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475, a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada por nós:

Taxa de juros para o ano de 2014: Aumento para 10%

US\$: 2,30

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deteriorização de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2014: Aumento para 12,5%

US\$: 2,88

- Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deteriorização de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2014: Aumento para 15%

US\$: 3,45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Análise de Sensibilidade - Variações moeda estrangeira e taxa de juros conforme cenário acima descrito:

Operação	Risco	Em milhares de R\$		
		Cenário conforme definição acima		
		Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos e bônus perpétuos	Alta de taxa de juros	2.332	2.915	3.498
Empréstimos e financiamentos e bônus perpétuos	Alta do dólar	(14.892)	186.112	387.116
Total (ganho) perda		(12.560)	189.027	390.614

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta limitações em relação ao saldo de caixa e acesso a linhas de crédito. A gestão do caixa e do endividamento é o foco da gestão para viabilizar a manutenção das atividades operacionais. O movimento de renegociação dos prazos de vencimento junto as Instituições Financeiras e credores de títulos, entre eles as debêntures, tem sido instrumento fundamental de administração da geração e manutenção do caixa e liquidez. A restrição de caixa impõe limitações de investimentos para que a Companhia possa executar adequadamente contratos ganhos.

As condições futuras da operação dependem da capacidade da Companhia em conseguir manter o processo de alongamento dos vencimentos das dívidas de curto prazo assim como a execução da reestruturação financeira e de capital que está sendo tratada em Plano de recuperação extrajudicial apresentado pela Companhia, conforme fato relevante em 05/11/2013.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2012	2013
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	1.427.985	1.753.464	1.993.710
Endividamento Financeiro Total	1.243.206	1.330.046	1.497.124
Outros passivos circulante e não circulante	184.779	423.418	496.586
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(46.428)	(192.798)	(563.491)
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	-3,9%	-17,0%	-60,4%
% Endividamento Financeiro Total	103,9%	117,0%	160,4%
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	103,4%	112,4%	139,4%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, e dividindo o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Endividamento Financeiro Total na Estrutura de Capital. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures Conversíveis, Bônus Perpétuos e Perdas com Derivativos) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures Conversíveis e Bônus Perpétuos).

Encerramos o exercício de 2013 com Estrutura de Capital composta de 160,4% de Endividamento Financeiro Total e -60,4% de Patrimônio Líquido negativo, devido principalmente a prejuízos acumulados. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto pelos Bônus Perpétuos, Debêntures Conversíveis (detidas em maioria pelo BNDES) e linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais. No exercício de 2012, nossa Estrutura de Capital era composta de 117,0% de Endividamento Financeiro Total e -17,0% de Patrimônio Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

negativo, e, no exercício de 2011, nossa Estrutura de Capital era composta de 103,9% de Endividamento Financeiro Total e -3,9% de Patrimônio Líquido.

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade está diretamente relacionada ao mencionado no item 10.1 (a) deste formulário.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da nossa estratégia de crescimento, ao longo dos últimos anos foram concluídas diversas aquisições de empresas, utilizando como fonte de financiamento, principalmente, recursos da Oferta Primária de Ações realizada em 2006, e recursos da emissão de dívidas como (i) Debêntures Locais emitidas em 2006 e canceladas em 2007, (ii) Bônus Perpétuos emitidos em 2007 e 2008, e (iii) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas em 2009. Durante os exercícios de 2010 e 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento com bancos comerciais para financiar suas atividades operacionais e investimentos em ativos não circulantes. No curso do exercício de 2012 foi efetuada capitalização relevante de capital a qual foi a principal fonte de recursos para viabilizar parte do plano de investimentos do ano e financiar o capital de giro das operações. O suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e melhoria de liquidez para a Companhia no curso do exercício de 2013 foi representado por importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos “non-core”, dentre eles a venda da unidade Tubular Services - Rio das Ostras, que contribuiu com a entrada de R\$49,6 milhões em 2013. A Companhia tem trabalhado intensamente no equilíbrio de seu endividamento e estrutura de capital e, visando dar continuidade a esse processo o Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas aprovaram o plano para reestruturação do endividamento financeiro, para o equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas. Para 2014 espera-se conclusão do plano de reestruturação como também obter novas fontes de financiamento junto a Instituições Financeiras, além da continuidade ao plano de desmobilização de ativos “non-core”. A equalização da dívida é ponto determinante para que a Lupatech possa desempenhar suas atividades e adequar sua posição de caixa permitindo a Companhia a aplicação de recursos em CAPEX necessário para realizar seu Backlog e, conseqüentemente, incrementar suas receitas, resultados e margens.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso enfrentemos deficiências de liquidez, pretendemos utilizar empréstimos e financiamentos com bancos comerciais e/ou agências de fomento, além eventualmente, de recursos emitidos no mercado de capitais, bem como recursos oriundos de desmobilizações de ativos para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)			Var.%	Var. Nominal
	2011	2012	2013		
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	644.489	710.735	1.461.149	106%	750.414
Empréstimos e Financiamentos	264.469	302.846	333.151	10%	30.305
Debêntures	367.702	391.607	419.484	7%	27.877
Bônus Perpétuos	12.318	14.182	708.514	4896%	694.332
Perdas com Derivativos	-	2.100	0	-100%	(2.100)
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	598.717	619.311	35.975	-94%	(583.336)
Empréstimos e Financiamentos	83.679	57.348	35.975	-37%	(21.373)
Debêntures	-	-	-	n.a.	-
Bônus Perpétuos	515.038	561.963	-	-100%	(561.963)
Endividamento Financeiro Total	1.243.206	1.330.046	1.497.124	13%	167.078
Caixa e Equivalentes de Caixa	(17.972)	(31.852)	(20.676)	-35%	11.176
Dívida Líquida	1.225.234	1.298.194	1.476.448	14%	178.254

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2013 atingiu R\$1.461,1 milhões, aumento de 106% comparando com encerramento do exercício de 2012, devido principalmente ao aumento de saldo de Bônus Perpétuos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pela transferência do saldo do longo para o curto prazo, e também, pelo reflexo de provisionamentos de juros sobre debêntures e bônus perpétuos, bem como a variação cambial sobre estes instrumentos.

O saldo dos Bônus Perpétuos no encerramento do exercício de 2013 cresceu 23% quando comparado ao encerramento do exercício de 2012, atingindo R\$708,5 milhões, consequência da variação cambial do período, como também provisionamento de juros e não pagamento dos mesmos. Os Bônus Perpétuos, ainda que não tenham previsão de vencimento, têm o vencimento de juros trimestrais.

A Dívida de Longo Prazo, que não inclui os Bônus Perpétuos e as Debêntures Conversíveis, apresentou redução de 37% ou R\$21,4 milhões no encerramento do exercício de 2013 quando comparada ao encerramento do exercício de 2012, devido principalmente à reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no Longo Prazo para o Curto Prazo.

O saldo total de Endividamento cresceu 13% no exercício de 2013 atingindo R\$1.497,1 milhões versus R\$1.330,0 milhões no exercício de 2012.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada atingiu, no exercício de 2013, o patamar de R\$1.476,4 milhões, acréscimo de 14% contra 2012, reflexo principalmente do provisionamento de juros sobre debêntures e bônus perpétuo, bem como a variação cambial sobre bônus perpétuo.

O Endividamento Consolidado com vencimento (excluindo os Bônus Perpétuos) alcançou R\$788,6 milhões em 2013, variação de 5% em comparação com 2012.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures Conversíveis

Objetivando a obtenção de captação de recursos para a aquisição de empresas, fortalecimento da estrutura de capital e capital de giro, modernização e ampliação da capacidade produtiva e investimentos sociais, o Conselho de Administração aprovou, em 13 de maio de 2009, e em assembleia geral extraordinária (AGE) os acionistas ratificaram a emissão de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, para colocação privada, sendo considerada para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures 15 de abril de 2009. As debêntures conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$320 milhões, são remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano. As debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração será paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, ocorrido o primeiro pagamento em 15 de abril de 2010 e, os pagamentos subsequentes, todo dia 15 de abril dos anos seguintes, sendo os juros remuneratórios devidos até 15 de abril de 2018. Em 30 de abril de 2012, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da sua 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, aprovando a postergação para 120 dias do pagamento dos juros anuais destes títulos que deveria ocorrer no dia 15 de abril de 2012 e não exigência, pelos debenturistas, durante o novo prazo de cura, dos encargos financeiros estabelecidos nas cláusulas, única e exclusivamente em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das debêntures devida em 15 de abril de 2012.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 13 de Agosto de 2012, foi deliberada a postergação do pagamento dos juros anuais destes títulos por 90 dias corridos adicionais contados do dia 14 de agosto de 2012, data em que ocorreria referido pagamento conforme deliberação da AGD de 30 de abril de 2012. A postergação do pagamento dos juros anuais em 90 dias adicionais não acarretou qualquer ônus e visou alinhar este fluxo de pagamento à conclusão do processo de capitalização da Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 21 de março de 2013 foi deliberado e aprovado: a prorrogação para pagamento da parcela anual de juros remuneratórios das Debêntures até 15 de abril de 2013; a não exigência, pelos debenturistas, durante o período de prorrogação, dos encargos financeiros em relação ao pagamento da parcela anual dos juros remuneratórios das Debêntures e a não cobrança pelos debenturistas de remuneração adicional em razão do aumento do prazo.

Em não ocorrendo a conversão em ações, as debêntures seriam amortizadas em 5 parcelas, a contar da data de emissão, sendo (i) a primeira, na proporção de 5% do valor principal, em 15 de abril de 2014; (ii) a segunda, na proporção de 10%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do valor principal, em 15 de abril de 2015; (iii) a terceira, na proporção de 35% do valor principal, em 15 de abril de 2016; (iv) a quarta, na proporção de 35% do valor principal, em 15 de abril de 2017, (v) a quinta, na proporção de 15% do valor principal, em 15 de abril de 2018.

Caso todas ou parte das debêntures não sejam convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado seja atingida, as mesmas farão jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$423,75 por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, amplia a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

Em conformidade com o disposto no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, para Colocação Privada da Lupatech S.A., fica assegurado aos titulares de debêntures conversíveis da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, para colocação privada, da Companhia, emitidas em 26 de maio de 2009, a possibilidade de realizar a conversão das Debêntures por eles detidas utilizando o preço de emissão de R\$4,00 por ação.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que têm a característica de, isoladamente, constituírem um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o valor justo do derivativo embutido foi avaliado em R\$442,30 e R\$486,35, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2013 totalizou o ganho de R\$13,5 milhões (perda de R\$23,02 milhões no exercício de 2012), registrado no resultado financeiro do período.

As principais características das debêntures são as seguintes:

Série	1ª Emissão
Data de emissão	15/04/2009
Data de vencimento final	15/04/2018
Quantidade emitida	320.000
Quantidade convertida	38.195
Quantidade em 31 de dezembro de 2013	281.805
Valor unitário R\$	1

No período de 20 de maio de 2011 até 31 de dezembro de 2013 houve registrada a conversão de 38.195 debêntures em 9.716.855 ações ordinárias de emissão da Companhia, apresentando aumento de capital de R\$39,931 milhões.

	Em milhares de R\$		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Instrumento de dívida - debêntures	194.123	188.781	225.639
Derivativo embutido	124.642	138.168	115.146
Juros + IPCA sobre debêntures	100.719	64.658	26.917
Total	419.484	391.607	367.702

As debêntures estão sujeitas a cálculo de “covenants” financeiros, a) [Dívida Líquida (-) Bônus Perpétuo] / EBITDA: igual ou menor que 4,5 em 2011 e 3,5 desde 2010 até o vencimento, b) EBITDA / Receita Operacional Líquida: igual ou maior que 20% (vinte por cento); e, c) Índice de Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante): igual ou maior que 1,5 (um inteiro e meio). Os “covenants” são apurados anualmente, no dia 31 de dezembro de cada ano, medidos com base nos últimos 12 (doze) meses da operação.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima, sendo o saldo do principal das Debêntures Conversíveis reclassificado para o passivo circulante naquela data-base.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

De acordo com o divulgado no Fato Relevante em 15 de abril de 2013, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante de R\$83,155 milhões, montante este que corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012, cujo pagamento havia sido prorrogado até 15 de abril de 2013, bem como os juros referentes ao atual exercício social devidos nesta data.

A Companhia divulgou ao mercado plano que visa a reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, qual foi apresentado a debenturistas, bondholders e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta os titulares de debêntures, por sua vez, receberão o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Este processo depende de manifestação favorável da maioria dos debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas a ser convocada.

Bônus Perpétuos

Em 11 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008, através de sua controlada no exterior Lupatech Finance Limited foram concluídas ofertas no exterior de bônus perpétuo sênior remunerado em 9,875% a.a. (8,8% a.a. taxa efetiva) no valor de US\$200 milhões e US\$75 milhões, respectivamente. Os juros da remuneração dos bônus perpétuos são devidos trimestralmente. Em 2012 houve pagamento de juros da remuneração dos bônus perpétuos no montante de R\$53,852 milhões.

Caso haja interesse da Companhia, os bônus perpétuos poderão ser resgatados, na paridade do seu valor de face, trimestralmente, a partir de julho de 2012. Os bônus perpétuos não possuem data de vencimento para o valor do principal, mas podem tornar-se exigíveis em situações específicas, conforme definidas nos termos dos bônus perpétuos, caso haja o descumprimento das obrigações definidas no contrato.

Os bônus não foram, nem serão registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, ou o Securities Act. Os bônus foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados sob a Regra 144A e para pessoas não americanas fora dos Estados Unidos, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com o U.S. Securities Regulation S. Os bônus estão listados na Bolsa de Luxemburgo. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados para financiar o plano de investimento da Companhia.

De acordo com os Fatos Relevantes divulgados para o mercado em 10 de abril de 2013, 10 de maio de 2013 e 10 de julho de 2013 a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquelas datas aos titulares dos bônus perpétuos de sua subsidiária integral Lupatech Finance Limited, estando inadimplente nesta obrigação. Referida pendência possibilita aos detentores de Bônus Perpétuo à chamada pelo vencimento imediato destes títulos. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de bônus perpétuos registrado no passivo circulante é R\$708,514 milhões.

Em razão da situação de inadimplência a negociação dos bônus perpétuos na Bolsa de Valores de Luxemburgo foi suspensa.

A Companhia tem trabalhado intensamente no equilíbrio de seu endividamento e estrutura de capital desde 2011, somada à contratação do Bank of America Merrill Lynch como assessor financeiro para auxiliar a Administração neste processo.

A Companhia divulgou ao mercado plano que visa a reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, apresentado a debenturistas, bondholders e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta, os titulares de bônus perpétuos receberão, em pagamento de seus créditos, o direito de subscrever American Depositary Receipts – ADRs ou ações por meio da capitalização do montante de aproximadamente 85% dos créditos decorrentes dos bônus perpétuos, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 13 de janeiro de 2014 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que atingiu o quórum necessário para que o plano de recuperação EXTRAjudicial apresentado aos titulares de Bônus Perpétuos seja submetido à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária assim como para homologação em juízo. O Plano foi aprovado por bondholders que detêm, em conjunto, 84,98% do valor total de bonds emitidos por sua subsidiária integral Lupatech Finance Limited.

Em 13 de fevereiro de 2014 a Companhia ajuizou o plano de recuperação EXTRAjudicial na Comarca de Nova Odessa.

O plano de reestruturação do endividamento financeiro e assim como o ajuizamento do plano de recuperação EXTRAjudicial da Companhia e de suas controladas que são garantidoras da dívida representada pelos Bônus Perpétuos de emissão da Lupatech Finance Limited, subsidiária integral da Companhia, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014.

Em 06 de junho de 2014, o Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado aos titulares de Bônus Perpétuos foi homologado judicialmente.

A homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial representa mais uma importante etapa do processo de reestruturação do endividamento e estruturação de capital da Companhia.

Para atender as condições suspensivas para a eficácia e validade do Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia aguarda, ainda, a manifestação da corte competente da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, referente ao requerimento para reconhecimento da validade do Plano de Recuperação Extrajudicial na jurisdição norte-americana, nos termos do capítulo 15 do título 11 do Código dos Estados Unidos da América ("Chapter 15").

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados. A tabela não considera as Debêntures Conversíveis e os Bônus Perpétuos, que estão descritos acima, bem como as perdas com derivativos.

			Em milhares de R\$								
			31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada									
Moeda nacional											
Capital de giro / expansão	CDI	4,98% a.a.	241.388	8.882	250.270	226.247	37.317	263.564	152.348	5.970	158.318
Capital de giro / expansão	TJLP	7,98% a.a.	52.264	-	52.264	45.429	45.429	90.858	23.428	54.370	77.798
Capital de giro / expansão	FIXO	15,05% a.a.	-	-	-	6.183	986	7.169	50.276	-	50.276
Financiamento para aquisição de imobilizado	TJLP	5,99% a.a.	280	207	487	510	487	997	1.181	1.072	2.253
Financiamento para aquisição de imobilizado	FIXO	4,50% a.a.	452	113	565	455	562	1.017	156	1.239	1.395
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento	TJLP	4,24% a.a.	2.242	7.157	9.399	2.266	8.075	10.341	2.136	13.086	15.222
Carta fiança Votorantim referente a parte relacionada Unifit	-	-	15.593	-	15.593	-	-	-	-	-	-
Títulos Descontados	-	9,20% a.a.	1.401	-	1.401	935	-	935	16.553	-	16.553
			313.620	16.359	329.979	282.025	47.427	329.452	246.078	75.737	321.815
Moeda estrangeira											
Capital de giro / expansão	DÓLAR	3,29% a.a.	-	-	-	-	-	-	309	798	1.107
Capital de giro / expansão	PESO ARS	15,25% a.a.	321	709	1.030	-	-	-	-	-	-
Capital de giro / expansão	DÓLAR	Libor + 6,99% a.a.	-	-	-	228	-	228	432	-	432
Capital de giro / expansão	DÓLAR	5,85% a.a.	4.286	163	4.449	2.681	290	2.971	3.375	2	3.377
Capital de giro / expansão	DÓLAR	24,25% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital de giro / expansão	PESO COP	9,14% a.a.	13.890	17.705	31.595	16.961	7.706	24.667	6.931	6.251	13.182
Capital de giro / expansão	UMENDES 590	8,86% a.a.	879	532	1.411	772	1.212	1.984	-	-	-
Financiamento para aquisição de imobilizado	DOLAR	5,60% a.a.	-	-	-	-	-	-	7.156	-	7.156
Financiamento para aquisição de imobilizado	PESO ARS	5,00% a.a.	19.531	507	662	179	713	892	188	891	1.079
			333.151	35.975	369.126	302.846	57.348	360.194	264.469	83.679	348.148

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vencimento	Em milhares de R\$		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	-	35.672
2014	-	35.433	25.081
2015	16.139	12.087	14.944
2016	8.875	4.473	3.267
2017	6.741	3.023	2.503
2018 a 2023	4.220	2.332	2.212
	<u>35.975</u>	<u>57.348</u>	<u>83.679</u>

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos, excluindo as Debêntures Conversíveis e os Bônus Perpétuos, foram concedidas conforme segue:

Moeda nacional	Garantia	Valor da garantia Em milhares de R\$
Capital de giro / expansão	Hipoteca / Edificações	73.124
Capital de giro / expansão	Contratos firmados com clientes	194.880
Financiamento para aquisição de imobilizado	Aval das empresas	38.200
Financiamento para aquisição de imobilizado	Próprio bem financiado	6.212
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	Fiança bancária	19.807
		<u>332.223</u>
Moeda Estrangeira		
Capital de Giro / expansão	Próprio bem financiado	16.326
		<u>16.326</u>
		<u>348.549</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados a bônus perpétuos e dívidas de debêntures.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As Debêntures Conversíveis, por terem garantia da espécie flutuante, estão subordinadas aos títulos com garantia real.

Os Bônus Perpétuos são quirografários, ou seja, sem garantia, o que os condiciona também na qualidade de subordinados aos demais títulos da Companhia que possuem garantias reais ou flutuantes.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

As Debêntures Conversíveis estão sujeitas a cálculo de “covenants” financeiros. Para informações vide item i. acima.

Cláusulas Restritivas Financeiras (“Covenants”)

Além das Debêntures Conversíveis detalhadas no item “Contratos Financeiros Relevantes” acima, nós e nossas controladas estamos sujeitos ao atendimento de certas cláusulas restritivas financeiras (“covenants” financeiros), que estão incluídas em alguns contratos de Empréstimos e Financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Sobre alguns contratos de financiamento, captados junto ao BNDES no montante de R\$55,225 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$46,174 milhões em 31 de dezembro de 2012), a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas ("covenants financeiros"), as quais estão atreladas à manutenção de índices de: a) Dívida Líquida / EBITDA: igual ou menor que 3,5 (três e meio), b) EBITDA / Receita Operacional Líquida: igual ou maior que 20% (vinte por cento); e, c) Índice de Liquidez Corrente (ativo circulante / passivo circulante): igual ou maior que 1,5 (um inteiro e meio); todos medidos com base nos últimos 12 meses de operação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não cumpriu com cláusulas financeiras mencionadas acima, sendo o saldo dos contratos junto ao BNDES reclassificado de passivo não circulante para o passivo circulante nesta data-base e mantendo a reclassificação em 2013.

A controlada indireta Lupatech OFS SAS possui "covenants" financeiros atrelados a contrato com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos "covenants". O montante total do referido empréstimo é de R\$7,226 milhões e está registrado no passivo circulante no montante de R\$1,54 milhões, e R\$5,686 milhões no não circulante (R\$6,903 milhões registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia recebeu do Banco Votorantim S/A. notificação de cobrança no valor de R\$15,59 milhões referentes à liquidação de carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S.A. e o BNB, no montante de R\$31,18 milhões do qual a Companhia era garantidora em 50%.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes no exercício de 2013 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes nos exercícios de 2012 e 2011, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços: receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento. Nossas receitas consistem principalmente da venda de nossas manufaturas e prestação de serviços voltados ao setor de petróleo e gás.

Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos: consistem principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais: consistem principalmente de despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, resultado financeiro líquido e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com a remuneração dos administradores.

Despesas com Vendas: incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido: incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Outras Despesas Operacionais, líquidas: incluem os resultados operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: referem-se ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro antes dos impostos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que atuamos, e geram resultados tributáveis. Os impostos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável e incluem apenas as empresas tributadas pelo lucro real.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) redução de Despesas Operacionais.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Demonstrações do Resultado Consolidado	(Em milhares de R\$)		
	2012	2013	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	561.525	565.289	1%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(455.227)	(483.216)	6%
Resultado Bruto	106.298	82.073	-23%
Receitas/Despesas Operacionais	(381.528)	(208.946)	-45%
<i>Com Vendas</i>	(59.349)	(37.707)	-36%
<i>Gerais e Administrativas</i>	(62.018)	(91.217)	47%
<i>Remuneração dos Administradores</i>	(4.550)	(6.318)	39%
<i>Resultado da Equivalência Patrimonial</i>	(51.814)	(13.751)	-73%
<i>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</i>	(203.797)	(59.953)	-71%
Resultado Financeiro Líquido	(214.533)	(238.179)	11%
<i>Receitas Financeiras</i>	8.410	24.032	186%
<i>Despesas Financeiras</i>	(178.222)	(173.308)	-3%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	(44.721)	(88.903)	99%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(489.763)	(365.052)	-25%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(11.337)	(8.437)	-26%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(40.878)	13.170	-132%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(18.721)	(18.470)	-1%
Prejuízo Líquido do Período	(560.699)	(378.789)	-32%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2013 apresentou crescimento de 1% em comparação com o exercício de 2012 atingindo R\$565,3 milhões versus R\$561,5 milhões. Enquanto o Segmento de Produtos apresentou queda de 22%, em especial devido a redução das receitas nas divisões de Válvulas Oil&Gas e Cabos de Ancoragem que continuam aquém de seu real potencial em função das restrições de capital de giro levando à menor utilização de sua capacidade

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

produtiva, o Segmento de Serviços demonstrou crescimento de 36% principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, a qual respondeu por R\$165,8 milhões, ou 85% da Receita Líquida do Segmento de Serviços neste exercício.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) Consolidado no exercício de 2013 cresceu 6% em comparação com o exercício 2012, atingindo R\$483,2 milhões versus R\$455,2 milhões. O crescimento do CPV Consolidado no período é consequência principalmente do processo de reestruturação, onde principalmente, dentre outros, os custos com desligamentos oneraram o CPV, além de provisão de multas com clientes e fornecedores no montante de R\$8,1 milhões.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Consolidado no exercício de 2013 atingiu R\$82,1 milhões, redução de 23% em comparação com exercício de 2012 quando atingiu R\$106,3 milhões. A margem bruta teve uma redução de 4 pontos percentuais, passando de 19% para 15%, função do aumento de custos mencionado acima.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no exercício de 2013 apresentaram redução de 36% passando de R\$59,3 milhões em 2012 para R\$37,7 milhões em 2013 em decorrência da diminuição das despesas com salários, fretes e comissões, bem como provisões de multas de clientes e risco de crédito com clientes ocorridas em 2012, mas não recorrentes em 2013 no montante de R\$23,8 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Administrativas em 2013 apresentaram crescimento de 47% atingindo R\$91,2 milhões versus R\$62,0 milhões em 2012. O aumento se refere principalmente à incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, o que explica o aumento de 103,6% nas despesas administrativas do Segmento de Serviços especificamente na divisão de Oilfield Services Brasil já que no exercício de 2012 foram considerados 5 meses de operação da San Antonio versus 12 meses em 2013.

Os Honorários dos Administradores apresentaram, no exercício de 2013, crescimento de 39% em comparação com exercício de 2012 devido, principalmente, a reestruturação do Conselho de Administração da Companhia, o qual passou a contar com maior número de membros, assim como a reestruturação da diretoria estatutária, a qual passou a contar com os demais diretores da Companhia a partir de maio de 2013, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração de 28 de maio de 2013.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2013 atingiu R\$24,0 milhões versus R\$8,4 milhões no exercício de 2012, aumento de 186%, devido principalmente ao reconhecimento de derivativo embutido das Debêntures no montante de R\$18,9 milhões em 2013.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziu 3% no exercício de 2013 atingindo R\$173,3 milhões versus R\$178,2 milhões no exercício de 2012 devido em especial a diminuição das despesas com derivativo embutido das debêntures.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2013 resultou em despesa de R\$88,9 milhões versus R\$44,7 milhões no exercício de 2012 afetados pela valorização de 15% na moeda norte-americana frente ao Real no período de 2013.

Com o aumento no prejuízo da variação cambial, a despesa financeira total do exercício foi maior em 11%, totalizando R\$238,8 milhões frente os R\$214,5 milhões em 2012.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima mencionados, o Resultado Líquido no exercício de 2013 foi prejuízo de R\$378,8 milhões, redução de R\$181,9 milhões em comparação com o exercício de 2012 quando apresentou prejuízo de R\$560,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A razão para tal redução é consequência de reconhecimento em 2012 da provisão para perdas com impairment sobre ágio no montante de R\$149,7 milhões, da provisão para perdas pela não recuperabilidade de impostos no montante de R\$8,3 milhões, bem como provisão para multas pelo cancelamento do contato de Light Workover e baixa de ativos relacionados ao contrato, no montante total de R\$37,7 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) aumento de Outras Despesas Operacionais.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Demonstrações do Resultado Consolidado	(Em milhares de R\$)		Variação %
	2011	2012	
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	461.626	561.525	22%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(330.483)	(455.227)	38%
Resultado Bruto	131.143	106.298	-19%
Receitas/Despesas Operacionais	(134.028)	(381.528)	185%
<i>Com Vendas</i>	(53.874)	(59.349)	10%
<i>Gerais e Administrativas</i>	(55.818)	(62.018)	11%
<i>Remuneração dos Administradores</i>	(4.229)	(4.550)	8%
<i>Resultado da Equivalência Patrimonial</i>	(66)	(51.814)	78406%
<i>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</i>	(20.041)	(203.797)	917%
Resultado Financeiro Líquido	(193.275)	(214.533)	11%
<i>Receitas Financeiras</i>	40.415	8.410	-79%
<i>Despesas Financeiras</i>	(181.843)	(178.222)	-2%
<i>Variação Cambial Líquida</i>	(51.847)	(44.721)	-14%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(196.160)	(489.763)	150%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(7.037)	(11.337)	61%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(10.936)	(40.878)	274%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(27.199)	(18.721)	-31%
Prejuízo Líquido do Período	(241.332)	(560.699)	132%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2012 apresentou crescimento de 22% em comparação com o exercício de 2011 atingindo R\$561,5 milhões versus R\$461,6 milhões. Enquanto o segmento de Produtos ficou praticamente estável, no segmento de Serviços houve crescimento de 50%. Tal variação deve-se principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, a qual respondeu por R\$93,1 milhões, ou 40,5% da Receita Líquida do segmento Serviços neste exercício.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) Consolidado no exercício de 2012 cresceu 38% em comparação com o exercício 2011, atingindo R\$455,2 milhões versus R\$330,5 milhões. O crescimento do CPV Consolidado no período é consequência principalmente do crescimento da Receita Líquida Consolidada no mesmo período, onde principal variação se refere à incorporação das operações da San Antonio Brasil.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Consolidado no exercício de 2012 atingiu R\$106,3 milhões, redução de 19% em comparação com exercício de 2011 quando atingiu R\$131,1 milhões. A Margem Bruta Consolidada teve uma redução de 9 pontos percentuais, passando de 28% para 19%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no exercício de 2012 apresentaram crescimento de 10% atingindo R\$59,3 milhões versus R\$53,8 milhões no exercício de 2011, principalmente em função do maior volume de vendas e reconhecimento de provisão para multas de clientes e risco de crédito com clientes.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Administrativas em 2012 apresentaram aumento de 11% atingindo R\$62,0 milhões versus R\$55,8 milhões em 2011. O aumento se refere principalmente à incorporação das operações da San Antonio Brasil, a qual contribuiu para um aumento de R\$12,0 milhões assim como demais despesas relacionadas ao seu processo de incorporação e integração das operações e estruturas.

Os Honorários dos Administradores apresentaram no exercício de 2012 crescimento de 8% em comparação com exercício de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2012 atingiu R\$8,4 milhões versus R\$40,4 milhões no exercício de 2011, redução de 79%, devido principalmente ao reconhecimento de derivativo embutido – Debêntures no montante de R\$25,8 milhões em 2011.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) manteve-se estável no exercício de 2012 atingindo R\$178,2 milhões versus R\$181,8 milhões no exercício de 2011.

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano, o que pode gerar ganhos ou perdas com flutuações nas taxas de câmbio.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2012 resultou em despesa de R\$44,7 milhões versus R\$51,8 milhões no exercício de 2011. Estes resultados são justificados pela oscilação da moeda brasileira (Real) perante o Dólar Americano.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima mencionados, o Resultado Líquido no exercício de 2012 foi prejuízo de R\$560,7 milhões, aumento de R\$319,4 milhões em comparação com o exercício de 2011 quando apresentou prejuízo de R\$241,3 milhões.

Descrição das Principais Contas do Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa: incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Estoque: são avaliados ao custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Contas a Receber de Clientes: valores a receber decorrentes de vendas a prazo de manufaturas e serviços a clientes. São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente por nossa Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

Imobilizado: demonstrado ao custo histórico de aquisição ou fabricação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível: demonstrado ao custo de aquisição ou combinação de negócios, deduzido da perda acumulada no valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deixa de ser amortizado a partir 1 de janeiro de 2009, conforme orientação OCPC 2, ratificada pela CVM através do ofício-circular CVM/SNC/SEP no. 01/2009.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida): são demonstrados pelo custo amortizado e pelo valor captado líquido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Imposto de Renda Diferido: é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2013 comparado a 31 de dezembro de 2012

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as principais variações ocorreram em função de: (i) Passivo Circulante; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	(Em milhares de R\$)		
	2012	2013	Variação %
Ativo Total	1.560.666	1.430.219	-8%
Ativo Circulante	461.376	377.545	-18%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.852	20.676	-35%
Títulos e Valores Mobiliários	1.502	2.222	48%
Contas a Receber de Clientes	175.337	128.811	-27%
Estoques	171.109	141.976	-17%
Impostos a Recuperar	37.866	33.256	-12%
Outras Contas a Receber	40.940	38.433	-6%
Despesas Antecipadas	2.770	8.128	193%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	-	4.043	n/a
Ativo Não Circulante	1.099.290	1.052.674	-4%
Títulos e Valores Mobiliários	6.000	5.250	-13%
Depósitos Judiciais	52.431	60.228	15%
Impostos a Recuperar	52.910	59.670	13%
Outras Contas a Receber	13.194	19.440	47%
Investimentos	42.631	28.505	-33%
Imobilizado	622.121	570.742	-8%
Intangível	310.003	308.839	0%
Passivo Total	1.560.666	1.430.219	-8%
Passivo Circulante	943.923	1.767.202	87%
Fornecedores	96.084	122.032	27%
Empréstimos e Financiamentos	302.846	333.151	10%
Debêntures	391.607	419.484	7%
Bônus Perpétuos	14.182	708.514	4896%
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.100	-	-100%
Salários, Provisões e Contribuição Social	44.091	29.847	-32%
Comissões a Pagar	2.228	1.897	-15%
Impostos a Recolher	36.363	41.220	13%
Adiantamento de Clientes	9.947	19.637	97%
Participação no Resultado	2.318	1.443	-38%
Outras Obrigações	30.141	75.223	150%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	12.016	14.754	23%
Passivo Não Circulante	809.541	226.508	-72%
Empréstimos e Financiamentos	57.348	35.975	-37%
Bônus Perpétuos	561.963	-	-100%
Impostos a Recolher	8.436	4.424	-48%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.419	31.059	-33%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	128.720	141.677	10%
Outras Obrigações	6.655	13.373	101%
Patrimônio Líquido	(192.798)	(563.491)	192%
Capital Social	740.229	742.438	0%
Opções Outorgadas	13.487	13.549	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(56.372)	(50.547)	-10%
Prejuízos Acumulados	(890.142)	(1.268.931)	43%

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 18%, passando de R\$461,4 milhões no exercício de 2012 para R\$377,9 milhões no exercício de 2013. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa reduziu 35%, ou R\$11,2 milhões, passando de R\$31,8 milhões no exercício de 2012 para R\$20,7 milhões no exercício de 2013. A variação de Caixa e Equivalentes de Caixa é resultado da necessidade de aplicação de recursos em capital de giro e em capex, os quais foram feitos em 2013 principalmente pelas entradas extraordinárias ocorridas, advindas em especial da venda de ativos não core. As restrições de caixa e pequena capacidade de aplicação de recursos na operação contribuíram para a menor possibilidade da Companhia de geração de caixa e formação de saldos em caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 27%, ou R\$46,5 milhões, passando de R\$175,3 milhões no exercício de 2012 para R\$128,8 milhões no exercício de 2013. Tal variação justifica-se em razão do encerramento de diversos contratos firmados em 2012 e os esforços concentrados em maximizar a eficiência do capital de giro, especialmente ações focadas na realização das contas a receber.

Estoques

O saldo da conta Estoques reduziu 17%, ou R\$29,1 milhões, passando de R\$171,1 milhões no exercício de 2012 para R\$141,9 milhões no exercício de 2013. Essa redução se justifica pela utilização e aproveitamento dos materiais estocados devido ao foco da Companhia concentrado em maximizar a eficiência do capital de giro.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 4%, ou R\$46,5 milhões, passando de R\$1.099,2 milhões no exercício de 2012 para R\$1.052,7 milhões no exercício de 2013. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Investimentos

O saldo dos Investimentos diminuiu 33%, ou R\$14,1 milhões, passando de R\$42,6 milhões no exercício de 2012 para R\$28,5 milhões no exercício de 2013, devido a redução no investimento da controlada em conjunto (Joint Venture) - Luxxon Participações S/A.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 8%, ou R\$51,4 milhões, passando de R\$622,1 milhões no exercício de 2012 para R\$570,7 milhões no exercício de 2013, devido especialmente à venda de parte do imobilizado das unidades San Antonio Brasil, venda das operações de Tubulares Rio das Ostras, assim com ao reconhecimento da depreciação sobre os ativos.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 87%, ou R\$823,3 milhões, passando de R\$943,9 milhões no exercício de 2012 para R\$1.767,2 milhões no exercício de 2013. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

O saldo da conta Fornecedores aumentou 27% ou R\$25,9 milhões, passando de R\$96,08 milhões no exercício de 2012 para R\$122,0 milhões no exercício de 2013, principalmente, pelo o aumento da inadimplência da Companhia junto os fornecedores devido a situação de caixa.

Adiantamentos de Clientes

O saldo da conta Adiantamentos de Clientes aumentou 97% ou R\$9,6 milhões, passando de R\$9,9 milhões no exercício de 2012 para R\$19,6 milhões no exercício de 2013, devido principalmente a maior atividade comercial em projetos que trabalham com antecipação dos clientes (parcelas em dinheiro antecipadas à produção de bens ou execução de serviços).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos aumentou 10%, ou R\$30,3 milhões, passando de R\$302,8 milhões no exercício de 2012 para R\$333,1 milhões no exercício 2013, devido principalmente a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo e reconhecimento da provisão dos juros.

Debêntures Conversíveis

O saldo das Debêntures Conversíveis cresceu 7%, ou R\$27,9 milhões, passando de R\$391,6 milhões no exercício de 2012 para R\$419,5 milhões no exercício 2013, devido principalmente à provisão de juros sobre debêntures e prêmio de não conversão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Bônus Perpétuos*

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 4.896%, ou R\$694,3 milhão, passando de R\$14,2 milhões no exercício de 2012 para R\$708,5 milhões no exercício 2013, devido à transferência do saldo do longo para o curto prazo.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 72%, ou R\$583,0 milhões, passando de R\$809,5 milhões no exercício de 2012 para R\$226,5 milhões no exercício de 2013. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos diminuiu 37%, ou R\$21,4 milhões, passando de R\$57,3 milhões no exercício de 2012 para R\$36,0 milhões no exercício de 2013 devido a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos zerou pela reclassificação do saldo existente para o curto prazo. O saldo em 2012 era de R\$561,9 milhões.

Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$370,7 milhões, passando do montante negativo de R\$192,8 milhões no exercício de 2012 para o montante negativo de R\$563,5 milhões no exercício de 2013, devido principalmente à variação de no saldo da conta Prejuízos Acumulados, que é decorrente do prejuízo líquido no exercício de 2013.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2012 comparado a 31 de dezembro de 2011**

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as principais variações ocorreram em função de: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	(Em milhares de R\$)		Variação %
	2011	2012	
Ativo Total	1.381.557	1.560.666	13%
Ativo Circulante	422.400	461.376	9%
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.972	31.852	77%
Títulos e Valores Mobiliários	1.909	1.502	-21%
Contas a Receber de Clientes	156.598	175.337	12%
Estoques	153.249	171.109	12%
Impostos a Recuperar	26.805	37.866	41%
Outras Contas a Receber	5.896	40.940	594%
Despesas Antecipadas	6.531	2.770	-58%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	53.440	-	n.a.
Ativo Não Circulante	959.157	1.099.290	15%
Títulos e Valores Mobiliários	3	6.000	n.a.
Depósitos Judiciais	2.803	52.431	1771%
Impostos a Recuperar	21.496	52.910	146%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.213	-	n.a.
Outras Contas a Receber	2.624	13.194	403%
Investimentos	105.698	42.631	-60%
Imobilizado	314.552	622.121	98%
Intangível	477.768	310.003	-35%
Passivo Total	1.381.557	1.560.666	13%
Passivo Circulante	809.586	943.923	17%
Fornecedores	63.689	96.084	51%
Empréstimos e Financiamentos	264.469	302.846	15%
Debêntures	367.702	391.607	7%
Bônus Perpétuos	12.318	14.182	15%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2.100	n.a.
Salários, Provisões e Contribuição Social	21.669	44.091	103%
Comissões a Pagar	1.337	2.228	67%
Impostos a Recolher	23.352	36.363	56%
Adiantamento de Clientes	7.002	9.947	42%
Participação no Resultado	5.776	2.318	-60%
Outras Obrigações	6.624	30.141	355%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	23.299	12.016	-48%
Passivos Diretamente Associados a Ativos Mantidos para Venda	12.349	-	n.a.
Passivo Não Circulante	618.399	809.541	31%
Empréstimos e Financiamentos	83.679	57.348	-31%
Bônus Perpétuos	515.038	561.963	9%
Impostos a Recolher	3.811	8.436	121%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	46.419	n.a.
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	2.833	128.720	4444%
Contas a Pagar por Aquisição de Investimentos	7.978	-	-100%
Outras Obrigações	5.060	6.655	32%
Patrimônio Líquido	(46.428)	(192.798)	315%
Capital Social	312.717	740.229	137%
Opções Outorgadas	12.904	13.487	5%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(52.606)	(56.372)	7%
Ações em Tesouraria	(118)	-	n.a.
Prejuízos Acumulados	(319.325)	(890.142)	179%

Ativo Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Ativo Circulante aumentou 9%, passando de R\$422,4 milhões no exercício de 2011 para R\$461,4 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pela conta incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa cresceu 77%, ou R\$13,9 milhões, passando de R\$17,9 milhões no exercício de 2011 para R\$31,8 milhões no exercício de 2012. A variação de Caixa e Equivalentes de Caixa é resultado do reforço na posição de caixa reflete principalmente recebimento dos recursos principalmente oriundos pela capitalização realizada durante exercício de 2012, líquido das aplicações e uso feito a operação nos investimentos e endividamento da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de conta Contas a Receber de Clientes aumentou 12%, ou R\$18,7 milhões, passando de R\$156,6 milhões no exercício de 2011 para R\$175,3 milhões no exercício de 2012. Tal variação justifica-se em razão de incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Estoques

O saldo da conta Estoques cresceu 12%, ou R\$17,9 milhões, passando de R\$153,2 milhões no exercício de 2011 para R\$171,1 milhões no exercício de 2012. Tal variação se deve ao crescimento da Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços e incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante cresceu 15%, ou R\$140,1 milhões, passando de R\$959,1 milhões no exercício de 2011 para R\$1.099,2 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Investimentos

O saldo dos Investimentos diminuiu 60%, ou R\$63,1 milhões, passando de R\$105,6 milhões no exercício de 2011 para R\$42,6 milhões no exercício de 2012, devido à baixa de investimento EIDE Marine Semi AS e a redução de investimentos na controladas em conjunto (joint venture) Luxxon Participações S.A.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido cresceu 98%, ou R\$307,6 milhões, passando de R\$314,5 milhões no exercício de 2011 para R\$622,1 milhões no exercício de 2012, principalmente pela incorporação das operações de San Antonio Brasil.

Intangível

O saldo do Intangível diminuiu 35%, ou R\$167,8 milhões, passando de R\$477,8 milhões no exercício de 2011 para R\$310,0 milhões no exercício de 2012, em função de reconhecimento da provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 17%, ou R\$134,3 milhões, passando de R\$809,5 milhões no exercício de 2011 para R\$943,9 milhões no exercício de 2012. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

O saldo da conta Fornecedores aumentou 51% ou R\$32,4 milhões, passando de R\$63,7 milhões no exercício de 2011 para R\$96,01 milhões no exercício de 2012, incorporação das operações de San Antonio Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adiantamentos de Clientes

O saldo da conta Adiantamentos de Clientes aumentou 42% ou R\$2,9 milhões, passando de R\$7,0 milhões no exercício de 2011 para R\$9,9 milhões no exercício de 2012, devido principalmente a maior atividade comercial em projetos que trabalham com antecipação dos clientes (parcelas em dinheiro antecipadas à produção de bens ou execução de serviços).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos aumentou 15%, ou R\$38,4 milhões, passando de R\$264,5 milhões no exercício de 2011 para R\$302,8 milhões no exercício 2012, devido principalmente a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo e incorporação da San Antonio Brasil.

Debêntures Conversíveis

O saldo das Debêntures Conversíveis cresceu 7%, ou R\$23,9 milhões, passando de R\$367,7 milhões no exercício de 2011 para R\$391,6 milhões no exercício 2012, devido principalmente à provisão de juros sobre debêntures e prêmio de não conversão.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 15%, ou R\$1,9 milhão, passando de R\$12,3 milhões no exercício de 2011 para R\$14,2 milhões no exercício 2012, pela variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o saldo de juros a pagar desses títulos registrados no período.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante cresceu 31%, ou R\$191,1 milhões, passando de R\$618,4 milhões no exercício de 2011 para R\$809,5 milhões no exercício de 2012. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos diminuiu 31%, ou R\$26,3 milhões, passando de R\$83,7 milhões no exercício de 2011 para R\$57,3 milhões no exercício de 2012 devido a reclassificação de saldos de endividamento classificados anteriormente no longo prazo para curto prazo.

Bônus Perpétuos

O saldo dos Bônus Perpétuos aumentou 9%, ou R\$46,9 milhões, passando de R\$515,0 milhões no exercício de 2011 para R\$562,0 milhões no exercício 2012, devido à variação cambial entre a cotação do Real e o Dólar Americano sobre o principal desses títulos verificada no período (despesa não caixa).

Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

O Patrimônio Líquido diminuiu R\$146,4 milhões, passando do montante negativo de R\$46,4 milhões no exercício de 2011 para o montante negativo de R\$192,8 milhões no exercício de 2012, devido principalmente à variação de no saldo da conta Prejuízos Acumulados, que é decorrente do prejuízo líquido no exercício de 2012.

Liquidez e Recursos de Capital

Fontes e Usos de Recursos

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações, a receita financeira advinda da aplicação do nosso Caixa e Equivalentes de Caixa, e a captação de Empréstimos e Financiamentos, Bônus Perpétuos e Debêntures Conversíveis.

Os recursos são aplicados, principalmente, em:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- investimentos, principalmente para a expansão dos negócios de serviços para petróleo e gás; e
- obrigações de serviços de dívida referentes ao nosso endividamento.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos de encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2012	2013
	(Em milhares de R\$)		
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	9.872	(81.696)	23.139
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(84.373)	(57.686)	34.560
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	40.029	147.976	(68.881)
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa de controladas no exterior	62	42	6
Caixa líquido inicial de empresa reclassificada para outros investimentos	(6.083)	3.866	-
Caixa líquido inicial de empresas incorporadas	-	1.378	-
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(40.493)	13.880	(11.176)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	58.465	17.972	31.852
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	17.972	31.852	20.676

Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2013, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou geração de R\$23,1 milhões versus consumo de R\$81,7 milhões no exercício de 2012, aumento de R\$104,8 milhões devidos principalmente aos esforços concentrados em maximizar a eficiência de capital de giro, especialmente focadas no contas a receber e nos estoques, além do aumento do nível de inadimplência em fornecedores.

Em 2012, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$81,7 milhões versus geração de R\$9,9 milhões no exercício de 2011, redução de R\$91,6 milhões devidos principalmente ao maior consumo de recursos aplicados em capital de giro durante 2012.

Atividades de Investimentos

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Os nossos investimentos em ativo imobilizado, intangível e aquisição de investimentos em 2011, 2012 e 2013 totalizaram R\$84,4 milhões, R\$57,7 milhões e geração de R\$34,6 milhões, respectivamente.

Nossos investimentos foram, de modo geral, orientados pela necessidade de atendermos à demanda crescente por nossos produtos e serviços, principalmente representada pelo backlog da Companhia.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2012	2013
	(Em milhares de R\$)		
Aquisições de Investimentos	(33.147)	(19.514)	-
Compras de Imobilizado	(61.787)	(89.318)	(35.413)
Intangível	(9.471)	(2.114)	(2.101)
Alienação de Operação Descontinuada	-	58.848	70.729
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	20.032	(5.588)	1.345
Total	(84.373)	(57.686)	34.560

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os investimentos realizados em 2013 totalizaram R\$37,5 milhões, que representou redução de 58,9% sobre o valor investido em 2012. O saldo gerado de R\$34,6 milhões é devido especialmente à alienação de operações descontinuadas, em especial a operação de tubulares no montante de R\$59,6 milhões.

Os investimentos realizados em 2012 totalizaram R\$91,4 milhões, que representou aumento de 28,3% sobre o valor investido em 2011.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2013, houve o consumo de R\$68,8 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R\$36,3 milhões e de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$32,2 milhões.

Em 2012, houve a geração de R\$147,9 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de aumento de capital no montante de R\$351,1 milhões.

Em 2011, houve a geração de R\$40,0 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente da captação de novos empréstimos e financiamentos no montante de R\$286,7 milhões.

Nossos recursos são utilizados principalmente para o pagamento de nossos empréstimos e financiamentos e a realização de investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras as quais envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas. A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes. Nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 mencionadas nesta seção foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standard Board – IASB (IFRS).

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2013

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2013 atingiu R\$565,3 milhões versus R\$561,5 milhões apurados no exercício de 2012. Enquanto o Segmento de Produtos apresentou queda de 22%, em especial devido a redução das receitas nas divisões de Válvulas Oil&Gas e Cabos de Ancoragem que continuam aquém de seu real potencial em função das restrições de capital de giro levando à menor utilização de sua capacidade produtiva, o Segmento de Serviços demonstrou crescimento de 36% principalmente em função da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012, a qual respondeu por R\$165,8 milhões, ou 55,6% da Receita Líquida do Segmento de Serviços neste exercício.

O Lucro Bruto Consolidado apresentou queda de 23%, atingindo R\$82,1 milhões, 23% inferior aos R\$106,3 milhões apurados no exercício anterior. A Margem Bruta reduziu 4,4 pontos percentuais, passando de 18,9% para 14,5%.

A participação do Segmento de Produtos no Lucro Bruto Total no exercício de 2013 foi de 77,4% em comparação com 80,5% em 2012, decorrente em especial pelo registro de ajuste de inventário dos estoques no montante de R\$7,9 milhões. Em contrapartida, a participação do Segmento de Serviços foi de 22,6% em 2013 contra 19,5% em 2012, decorrente da incorporação das operações da San Antonio Brasil a partir de agosto de 2012.

Devido à evolução apresentada no Lucro Bruto Consolidado, observou-se também queda de 18% no EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas, que atingiu R\$17,5 milhões versus R\$21,3 milhões no exercício anterior. Por tal razão, a Margem EBITDA Consolidada das atividades continuadas foi de 3,1% no exercício de 2013.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais verificadas no exercício de 2013 resultaram em despesas de R\$59,9 milhões versus despesa de R\$203,8 milhões no exercício de 2012, principalmente em função principalmente ao reconhecimento de provisão para contingências no montante de R\$12,1 milhões, multas de clientes no valor de R\$7,5 milhões, provisão para perda por obsolescência de estoques no montante de R\$6,7 milhões, despesas com ociosidade no valor de R\$6,1 milhões, provisão para impairment de investimentos na Unifit R\$18,2 milhões, e outras despesas com o processo de reestruturação da Companhia.

As despesas operacionais registradas em 2012 foram elevadas em função de reconhecimento de provisão para perdas com impairment sobre ágio no montante de R\$135,4 milhões, provisão para perdas pela não recuperabilidade de impostos no montante de R\$8,3 milhões, bem como pela provisão para multas pelo cancelamento do contato de Light Workover e baixa de ativos relacionados ao contrato, no montante total de R\$37,7 milhões.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou crescimento de 11% no exercício de 2013, resultando em despesa de R\$238,2 milhões versus R\$214,5 milhões no exercício de 2012. Esta variação é justificada principalmente pelo aumento na despesa da variação cambial,

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2013 foi prejuízo de R\$378,8 milhões.

Exercício de 2012

Durante o exercício de 2012 a maioria dos negócios da Companhia apresentou evolução, resultando em crescimento de 22% da Receita Líquida Consolidada em comparação com o exercício de 2011, atingindo R\$561,5 milhões. Entre os negócios que apresentaram maior nível de atividade podemos citar: Oilfield Services Brasil (+120%), Oilfield Services Colômbia (+87%), Outros Serviços (+50%), Válvulas Oil & Gas (+20%) e Válvulas Industriais (+1%).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Lucro Bruto Consolidado apresentou queda de 19%, atingindo R\$106,3 milhões principalmente devido ao efeito da incorporação das operações de San Antonio Brasil e ao nível de atividade das operações terem ficado abaixo do ideal considerando as estruturas atualmente existentes.

Devido à evolução apresentada no Lucro Bruto Consolidado, o EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas atingiu R\$15,6 milhões. Por tal razão, a Margem EBITDA Consolidada das atividades continuadas foi de 3% no exercício de 2012.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais verificadas no exercício de 2012 resultaram em despesas de R\$203,8 milhões versus despesa de R\$20,0 milhões no exercício de 2011, principalmente em função do reconhecimento de provisão para perdas com *impairment* sobre ágio no montante de R\$136,3 milhões, provisão para perdas pela não recuperabilidade de impostos no montante de R\$8,3 milhões, pelo reconhecimento de provisão para multas pelo cancelamento do contrato de Light Workover, no montante de R\$7,3 milhões, bem como pela baixa de ativos relacionados ao contrato no montante de R\$30,4 milhões.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou crescimento de 11% no exercício de 2012, resultando em despesa de R\$214,5 milhões versus R\$193,3 milhões no exercício de 2011. Esta variação é justificada principalmente pela maior despesa com os derivativos embutidos das debêntures.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2012 foi prejuízo de R\$560,7 milhões.

Exercício de 2011

Durante o exercício de 2011 a maioria dos negócios da Companhia apresentou evolução, resultando em crescimento de 8% da Receita Líquida Consolidada em comparação com o exercício de 2010, atingindo R\$461,6 milhões. Entre os negócios que apresentaram maior nível de atividade podemos citar: cabos de ancoragem (+174%), oilfield services (+80%), revestimentos de tubulações (+32%), equipamentos de completação e sensores (+24%), oil & gas services (+9%), e válvulas industriais (+4%).

O Lucro Bruto Consolidado apresentou crescimento de 9%, atingindo R\$131,1 milhões principalmente devido a mix de produtos com maior valor agregado nos negócios de cabos de ancoragem e equipamentos de completação e sensores.

Devido à evolução apresentada no Lucro Bruto Consolidado, observou-se também evolução no EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas, que atingiu R\$56,5 milhões. O crescimento do EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas em menor proporção que o Lucro Bruto Consolidado se deu em razão do crescimento de 28% das Despesas com Vendas, Administrativas e Honorários dos Administradores no mesmo período, consequência principalmente de despesas com o processo de reestruturação da Companhia que somaram R\$9,1 milhões, e novas unidades que entraram em operação durante o ano de 2011. Por tal razão, a Margem EBITDA Consolidada das atividades continuadas foi de 10% no exercício de 2011.

O Resultado Financeiro Líquido apresentou crescimento de 113% no exercício de 2011, resultando em despesa de R\$193,3 milhões versus R\$90,9 milhões no exercício de 2010. Esta variação é justificada principalmente pela variação cambial líquida verificada no período, além do crescimento do endividamento da Companhia que resultou em maior volume de Despesas com Juros.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2011 foi prejuízo de R\$241,3 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto em que participa.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro**

Nossa Receita Líquida é afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

Nossa variação cambial sobre insumos tem pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S.A. ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é um grupo composto por 32 unidades que possui, atualmente, dois segmentos de negócios: Produtos e Serviços e conta com 2.897 colaboradores.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo ("BOVESPA").

No **Segmento de Produtos**, a Companhia oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas e equipamentos para completação de poços, além de participação relevante em empresa do segmento de compressores para gás natural veicular.

No **Segmento de Serviços**, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e "workover", intervenção em poços, "drilling", revestimentos e inspeção de tubulações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2012 e 2013 foi dada continuidade ao processo de reestruturação de ativos, concluindo os desinvestimentos de ativos "non-core", conforme mencionado a seguir:

- (i) Venda em 02 de janeiro de 2012 da Steelinject, uma das unidades do segmento de Produtos, para a Polimetal Participações S.A.. O montante da venda foi de R\$14,0 milhões 100% desta unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$1,8 milhões.
- (ii) Venda em 02 de abril de 2012 da Microinox – Fundação de Precisão e Usinagem Ltda., unidade do segmento de Produtos, para a Hidro Jet Equipamentos Hidráulicos Ltda. O montante da venda foi de R\$32,0 milhões por 100% dessa unidade, com exclusão da dívida financeira no montante de R\$8,7 milhões.
- (iii) Venda em 01 de outubro de 2012 da Metalúrgica Ipê, unidade do segmento de Produtos, para a Duratex S.A. O montante da venda foi de R\$45,0 milhões, dos quais foram deduzidos R\$530 mil relativo a custas para obtenção de documentação e retidos R\$7,5 milhões depositados em conta bancária "Escrow Account", para garantia quanto a pagamento de eventuais passivos indenizáveis.
- (iv) Venda em 11 de outubro de 2013, das operações da Lupatech Tubular Services – Rio das Ostras, unidade do segmento de Serviços para VTS. A proposta englobava a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações pelo montante de R\$59,6 milhões.

Em 09 de agosto de 2012, foi efetivada a aquisição da San Antonio Brasil S.A. pela Lupatech S.A., aumentando significativamente seu escopo de atuação em serviços para petróleo e gás.

A Holding San Antonio Brasil detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Lochness Participações S.A. e Prest Perfurações Ltda, as quais passam a ser controladas pela Companhia, nos termos do "Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação da San Antonio Brasil S.A. pela Lupatech S.A.", celebrado em 12 de julho de 2012 pelas administrações da Companhia e da Holding San Antonio Brasil, aprovado na data de 09 de agosto de 2012. Conforme determinado no acordo de investimento, a incorporação foi realizada no montante de R\$50,0 milhões correspondente a emissão de 12.500.000 ações, sendo igualmente aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Holding San Antonio Brasil, permitindo a integração de ativos e operações das companhias.

A San Antonio Brasil S.A. foi constituída em 28 de fevereiro de 2012 sob a razão social de Teremesha Empreendimentos e Participações S.A., uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo. Em 30 de abril de 2012 sua razão social foi alterada para a atual. A San Antonio Brasil S.A. é subsidiária integral da Oil Field Services HoldCo LLC que, por sua vez, é controlada pela San Antonio Internacional Ltd. ("SAI").

A San Antonio S.A. possui o controle direto da Lochness Participações S.A. e indireto das companhias Sotep – Sociedade Técnica de Perfuração S.A., Prest Perfurações Ltda., e San Antonio Internacional do Brasil de Serviços de Petróleo Ltda. e de suas correspondentes controladas Amper Amazonas Perfurações Ltda., Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda., Matep S.A. Máquinas e equipamentos e Unap Internacional Ltd.. Essa situação representa a detenção de controle de todo o

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

segmento de operações da San Antonio no Brasil. Tais subsidiárias têm como atividade principal a prestação de serviços técnicos de prospecção e exploração de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"), por meio de contratos de prestação de serviços que representam aproximadamente 99% do faturamento de suas controladas.

Atividades das empresas:

- Matep S.A. Máquinas e Equipamentos ("Matep") tem como objetivo social a representação de fabricantes de equipamentos e máquinas petrolíferas, importação, exportação e vendas de equipamentos petrolíferos e pode, adicionalmente, prestar serviços de assistência técnica e administrativa.
- Amper Amazonas Perfurações Ltda. ("Amper") tem como objeto social a prestação de serviços de perfuração de poços de petróleo, gás natural e água.
- Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. ("Itacau") tem como objeto social a prestação de serviços de supervisão, navegação marítima, por conta de terceiros; de assistência técnica, de apoio e de consultoria, em terra e no mar, de plataformas, de navios e de equipamentos náuticos.
- Prest Perfurações Ltda. ("Prest") é uma empresa de responsabilidade limitada com sede na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A Prest tem como atividade principal a prestação de serviços técnicos de prospecção e desenvolvimento de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.
- Unap Internacional Ltd. ("Unap") é uma subsidiária integral domiciliada nas Ilhas Cayman com atividade de assistência técnica de perfuração, por meio do fornecimento de mão de obra técnica especializada.
- Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S.A. ("Sotep") é uma sociedade anônima com sede na cidade de Catu, na Bahia. A Sotep tem como atividade principal a prestação de serviços técnicos de prospecção e desenvolvimento de poços de petróleo, gás e água, os quais são executados principalmente para a Petróleo Brasileiro S.A. ("PETROBRAS"), por meio de contratos de prestação de serviços.
- Lochness Participações S.A. ("Lochness") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP. A Lochness tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades comerciais nacionais ou estrangeiras.
- San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda. ("Saib") é uma sociedade limitada, sediada no município de Macaé - RJ, que presta serviços técnicos e especializados na perfuração e completação de poços de petróleo e/ou gás natural e outros serviços de exploração e produção. Em seu objeto social é prevista, inclusive, a prestação de serviços de assistência técnica e de administração nos ramos a que se dedica, bem como a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

O processo de mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi concluído. Na data da aquisição, foi efetuada avaliação inicial do valor justo dos ativos e passivos assumidos, e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(Em milhares de R\$)

	Valor dos livros	Efeito da avaliação a valor justo	Valor justo na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	1.378	-	1.378
Contas a receber de clientes	35.106	-	35.106
Estoques	14.999	-	14.999
Impostos a recuperar	35.583	(1.122)	34.461
Outras contas a receber	25.300	(508)	24.792
Depósitos Judiciais	49.001	-	49.001
Imobilizado	265.142	(4.836)	260.306
Fornecedores	(49.982)	3.958	(46.024)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(55.270)	(60.305)	(115.575)
Empréstimos e financiamentos	(116.444)	-	(116.444)
Impostos a pagar	(14.842)	-	(14.842)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(39.476)	-	(39.476)
Salários e encargos sociais	(27.585)	2.173	(25.412)
Outras contas a pagar	(12.010)	(2.077)	(14.087)
Ativos e passivos líquidos incorporados	110.899	(62.718)	48.182
Deságio incorrido na incorporação	-	-	(8.182)
Preço total da incorporação	-	(62.718)	40.000

O total de contraprestação de R\$40,0 milhões mensurados de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R) para combinação de negócios foi baseado no valor de mercado das ações da Lupatech em 9 de agosto de 2012. O valor justo estimado do patrimônio líquido foi de R\$48,182 milhões, que resultou em uma compra vantajosa de R\$8,182 milhões (R\$5,4 milhões líquido da constituição do imposto de renda diferido passivo) registrado no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

O valor da contraprestação transferida foi apurado como segue (em milhares de R\$):

Número de ações entregues como pagamento pela aquisição das Sociedades San Antonio (em milhares)	12.500
Multiplicado pelo preço de mercado das ações da Lupatech (*)	3,2
Total da contraprestação	<u>40.000</u>

(*) Preço de mercado das ações no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA da Lupatech em 9 de agosto de 2012.

O resultado da empresa após a aquisição e até 31 de dezembro de 2012 foi um prejuízo líquido de R\$20,169 milhões.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Comentários dos Diretores sobre mudanças significativas nas práticas contábeis:****a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.**

Diversas normas, alterações de normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo essa:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seu fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras, por não ter base ou informações sobre seu conteúdo.

b) Reapresentação das demonstrações financeiras consolidado levantados em 01 de janeiro de 2012 e de 31 de dezembro de 2012

Reapresentação do balanço patrimonial consolidado levantados em 01 de janeiro de 2012

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ATIVO	(Em milhares de R\$)		
	Valores originalmente apresentados em 01/01/2012	Valores Luxxon/Unifit em 01/01/2012	Valores ajustados em 01/01/2012
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	24.055	(6.083)	17.972
Títulos e valores mobiliários	1.909	-	1.909
Contas a receber de clientes	183.547	(26.949)	156.598
Estoques	173.573	(20.324)	153.249
Impostos a recuperar	39.125	(12.320)	26.805
Outras contas a receber	8.709	(2.813)	5.896
Despesas antecipadas	6.531	-	6.531
Ativos classificados como mantidos para venda	53.440	-	53.440
Total do ativo circulante	490.889	(68.489)	422.400
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	2.962	(159)	2.803
Títulos e valores mobiliários	3	-	3
Impostos a recuperar	22.767	(1.271)	21.496
Impostos diferidos	30.687	3.526	34.213
Outras contas a receber	3.923	(1.299)	2.624
Investimentos			
Investimentos em controladas e coligadas	163	(163)	-
Investimentos em controladas em conjunto (<i>joint venture</i>)	-	65.602	65.602
Outros investimentos	40.096	-	40.096
Imobilizado	339.418	(24.866)	314.552
Intangível			
Ágio na aquisição de investimentos	494.050	(40.006)	454.044
Outros intangíveis	24.003	(279)	23.724
Total do ativo não circulante	958.072	1.085	959.157
TOTAL DO ATIVO	1.448.961	(67.404)	1.381.557

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(Em milhares de R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Valores originalmente apresentados em 01/01/2012	Valores Luxxon/Unifit em 01/01/2012	Valores ajustados em 01/01/2012
CIRCULANTE			
Fornecedores	74.666	(10.977)	63.689
Empréstimos e financiamentos	299.041	(34.572)	264.469
Debêntures	367.702	-	367.702
Bônus perpétuos - juros a pagar	12.318	-	12.318
Salários, provisões e contribuições sociais	22.193	(524)	21.669
Comissões a pagar	1.362	(25)	1.337
Impostos a recolher	25.162	(1.810)	23.352
Adiantamento de clientes	8.732	(1.730)	7.002
Participações no resultado	5.819	(43)	5.776
Outras obrigações	11.511	(4.887)	6.624
Contas a pagar por aquisição de investimentos	23.883	(584)	23.299
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	12.349	-	12.349
Total do passivo circulante	864.738	(55.152)	809.586
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	90.263	(6.584)	83.679
Bônus perpétuos	515.038	-	515.038
Impostos a recolher	4.207	(396)	3.811
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	5.455	(2.622)	2.833
Contas a pagar por aquisição de investimentos	7.978	-	7.978
Outras obrigações	5.016	44	5.060
Total do passivo não circulante	627.957	(9.558)	618.399
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	312.717	-	312.717
Opções outorgadas	12.904	-	12.904
Ajustes de avaliação patrimonial	(52.606)	-	(52.606)
Ações em tesouraria	(118)	-	(118)
Prejuízos acumulados	(319.325)	-	(319.325)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	(46.428)	-	(46.428)
Participação dos acionistas não-controladores	2.694	(2.694)	-
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(43.734)	(2.694)	(46.428)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	1.448.961	(67.404)	1.381.557

Reapresentação do balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de dezembro de 2012

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ATIVO	(Em milhares de R\$)		
	Valores originalmente apresentados em 31/12/2012	Valores Luxxon em 31/12/2012	Valores ajustados em 31/12/2012
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	33.506	(1.654)	31.852
Títulos e valores mobiliários	1.502	-	1.502
Contas a receber de clientes	195.282	(19.945)	175.337
Estoques	191.763	(20.654)	171.109
Impostos a recuperar	51.649	(13.783)	37.866
Outras contas a receber	47.511	(6.571)	40.940
Despesas antecipadas	2.825	(55)	2.770
Total do ativo circulante	524.038	(62.662)	461.376
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	52.604	(173)	52.431
Títulos e valores mobiliários	6.000	-	6.000
Impostos a recuperar	53.207	(297)	52.910
Outras contas a receber	13.587	(393)	13.194
Investimentos			
Investimentos em controladas e coligadas	194	(194)	-
Investimentos em controladas em conjunto (<i>joint venture</i>)	-	13.854	13.854
Outros investimentos	28.777	-	28.777
Imobilizado	643.273	(21.152)	622.121
Intangível			
Ágio na aquisição de investimentos	289.296	-	289.296
Outros intangíveis	21.026	(319)	20.707
Total do ativo não circulante	1.107.964	(8.674)	1.099.290
TOTAL DO ATIVO	1.632.002	(71.336)	1.560.666

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(Em milhares de R\$)		
	Valores originalmente apresentados em 31/12/2012	Valores Luxxon em 31/12/2012	Valores ajustados em 31/12/2012
CIRCULANTE			
Fornecedores	108.340	(12.256)	96.084
Empréstimos e financiamentos	332.934	(30.088)	302.846
Debêntures	391.607	-	391.607
Bônus perpétuos - juros a pagar	14.182	-	14.182
Instrumentos financeiros derivativos	2.100	-	2.100
Salários, provisões e contribuições sociais	45.597	(1.506)	44.091
Comissões a pagar	2.391	(163)	2.228
Impostos a recolher	38.045	(1.682)	36.363
Adiantamento de clientes	15.928	(5.981)	9.947
Participações no resultado	2.357	(39)	2.318
Outras obrigações	32.156	(2.015)	30.141
Contas a pagar por aquisição de investimentos	12.758	(742)	12.016
Total do passivo circulante	998.395	(54.472)	943.923
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	66.051	(8.703)	57.348
Bônus perpétuos	561.963	-	561.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.571	(1.152)	46.419
Impostos a recolher	8.720	(284)	8.436
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	130.550	(1.830)	128.720
Outras obrigações	8.502	(1.847)	6.655
Total do passivo não circulante	823.357	(13.816)	809.541
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	740.229	-	740.229
Opções outorgadas	13.487	-	13.487
Ajustes de avaliação patrimonial	(56.372)	-	(56.372)
Prejuízos acumulados	(890.142)	-	(890.142)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	(192.798)	-	(192.798)
Participação dos acionistas não-controladores	3.048	(3.048)	-
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(189.750)	(3.048)	(192.798)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	1.632.002	(71.336)	1.560.666

Reapresentação da demonstração do resultado consolidado para o exercício de 2012

Adicionalmente a desconsolidação das operações controladas em conjunto e tendo em vista a existência das operações descontinuadas em 2012, a demonstração de resultado do exercício de 2012 está sendo ajustada para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas da unidade Tubular, que teve seu processo de venda concluído em 11 de outubro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	(Em milhares de R\$)			
	Valores originalmente apresentados em 31/12/2012	Valores Luxxon/Unifit em 31/12/2012	Valores Tubular em 31/12/2012	Valores ajustados em 31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	619.691	48.178	9.988	561.525
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(509.576)	(34.257)	(20.092)	(455.227)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	110.115	13.921	(10.104)	106.298
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Com vendas	(83.144)	(22.984)	(811)	(59.349)
Gerais e administrativas	(70.414)	(5.877)	(2.519)	(62.018)
Remuneração dos administradores	(4.550)	-	-	(4.550)
Resultado de equivalência patrimonial	1	51.815	-	(51.814)
Outras receitas (despesas) operacionais	(254.336)	(32.949)	(17.590)	(203.797)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(302.328)	3.926	(31.024)	(275.230)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	9.764	1.351	3	8.410
Despesas financeiras	(185.135)	(5.616)	(1.297)	(178.222)
Variação cambial, líquida	(45.496)	(704)	(71)	(44.721)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(523.195)	(1.043)	(32.389)	(489.763)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(11.441)	(104)	-	(11.337)
Diferidos	(39.389)	1.489	-	(40.878)
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(574.025)	342	(32.389)	(541.978)
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	13.668	-	32.389	(18.721)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS	(560.357)	342	-	(560.699)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:				
Proprietários da controladora	(560.699)	-	-	(560.699)
Participações não controladoras	342	342	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO				
Procedentes das operações continuadas e descontinuadas				
Básico por ação	(9,75)	0,01	-	(9,76)
Diluído por ação	(9,75)	0,01	-	(9,76)
Procedentes das operações continuadas				
Básico por ação	(9,99)	0,01	(0,56)	(9,43)
Diluído por ação	(9,99)	0,01	(0,56)	(9,43)

Reapresentação de fluxo de caixa consolidado para o exercício de 2012

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	(Em milhares de R\$)		
	Valores originalmente apresentados em 31/12/2012	Valores Luxxon/Unifit em 31/12/2012	Valores ajustados em 31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(560.357)	342	(560.699)
Depreciação e amortização	40.244	2.745	37.499
Deságio na incorporação	(8.182)	-	(8.182)
Provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos	191.423	40.006	151.417
Equivalência patrimonial	(1)	(51.815)	51.814
Custo do imobilizado baixado ou vendido	12.783	1.288	11.495
Ganho na alienação de investimento	(18.680)	-	(18.680)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, debêntures e operações de derivativos	210.123	5.165	204.958
Despesa com opções outorgadas	583	-	583
Imposto de renda e contribuição social diferido	38.782	(2.374)	41.156
Provisão para perda em impostos a recuperar	8.349	-	8.349
Perdas com obsolescência de estoques	4.127	-	4.127
Provisão de multas contratuais	15.809	-	15.809
Baixa de investimento	21.739	-	21.739
Provisão para devedores duvidosos	11.718	9.039	2.679
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	25.926	2.216	23.710
Estoques	(17.487)	(895)	(16.592)
Impostos a recuperar	(16.662)	(1.001)	(15.661)
Outros ativos	23.582	(1.687)	25.269
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(18.557)	1.043	(19.600)
Impostos a recolher	3.805	(292)	4.097
Outras obrigações e contas a pagar	(45.789)	1.194	(46.983)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(76.722)	4.974	(81.696)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Custo de aquisição de investimentos, líquido de caixa adquirido por aquisição de investimento	2.387	-	2.387
Integralização de capital em controladas e pagamento por aquisição de investimento	(21.901)	-	(21.901)
Aplicação financeira restrita	(5.588)	-	(5.588)
Alienação de operações descontinuadas	58.848	-	58.848
Aquisição de imobilizado	(113.759)	(24.441)	(89.318)
Adições ao intangível	(2.146)	(32)	(2.114)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(82.159)	(24.473)	(57.686)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	210.333	41.601	168.732
Pagamento de juros de bônus perpétuos	(51.306)	-	(51.306)
Aumento de capital	351.052	-	351.052
Pagamento de financiamentos (Principal)	(303.254)	(20.854)	(282.400)
Pagamento de juros sobre financiamentos (Juros)	(39.913)	(1.811)	(38.102)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	166.912	18.936	147.976
EFEITO DAS OSCILAÇÕES DE CÂMBIO SOBRE O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DE CONTROLADAS NO EXTERIOR			
	42	-	42
CAIXA LÍQUIDO INICIAL EMPRESA RECLASSIFICADA PARA OUTROS INVESTIMENTOS	-	(3.866)	3.866
CAIXA LÍQUIDO INICIAL DE EMPRESAS INCORPORADAS	1.378	-	1.378
REDUÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.451	(4.429)	13.880
Caixa e equivalente de caixa no início do período	24.055	6.083	17.972
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	33.506	1.654	31.852

Reapresentação do valor adicionado consolidado para o exercício de 2012

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(Em milhares de R\$)

	Valores originalmente apresentados em 31/12/2012	Valores Luxxon/Unifit em 31/12/2012	Valores ajustados em 31/12/2012
RECEITAS			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	733.110	50.351	682.759
Receita na venda de investimentos	91.000	-	91.000
Outras receitas	18.759	3.434	15.325
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(11.718)	(128)	(11.590)
	<u>831.151</u>	<u>53.657</u>	<u>777.494</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(299.713)	(36.832)	(262.881)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.049)	(22.186)	(62.863)
Perda/Recuperação de valores ativos	(191.423)	(40.006)	(151.417)
Baixa de investimentos por venda	(72.320)	-	(72.320)
Outras despesas	(85.890)	3.931	(89.821)
	<u>(734.395)</u>	<u>(95.093)</u>	<u>(639.302)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>96.756</u>	<u>(41.436)</u>	<u>138.192</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	<u>(40.244)</u>	<u>(2.745)</u>	<u>(37.499)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>56.512</u>	<u>(44.181)</u>	<u>100.693</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	1	67.784	(67.783)
Receitas financeiras	93.668	5.751	87.917
	<u>93.669</u>	<u>73.535</u>	<u>20.134</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>150.181</u>	<u>29.354</u>	<u>120.827</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>150.181</u>	<u>29.354</u>	<u>120.827</u>
Pessoal:	<u>247.700</u>	<u>17.136</u>	<u>230.564</u>
Remuneração direta	192.167	13.709	178.458
Benefícios	35.684	2.056	33.628
FGTS	19.849	1.371	18.478
Impostos, taxas e contribuições:	<u>144.095</u>	<u>1.156</u>	<u>142.939</u>
Federais	106.897	176	106.721
Estaduais	31.885	524	31.361
Municipais	5.313	456	4.857
Remuneração de capitais de terceiros:	<u>318.743</u>	<u>10.720</u>	<u>308.023</u>
Juros e demais despesas financeiras	315.146	10.720	304.426
Aluguéis	3.597	-	3.597
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	<u>(560.357)</u>	<u>342</u>	<u>(560.699)</u>
Prejuízo do período	(560.699)	-	(560.699)
Participação dos não-controladores	342	342	-

c) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis

d) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram emitidos sem ressalvas e contêm parágrafo de ênfase mencionando o fato de que a Companhia tem gerado prejuízos recorrentes e crescimento do nível de endividamento, sendo que essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

As nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – “IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos.

Com o objetivo de prover um entendimento sobre como a administração forma seu julgamento a respeito de eventos futuros, incluindo variáveis e premissas subjacentes às estimativas e à sensibilidade desses julgamentos em diferentes circunstâncias, identificamos as seguintes políticas contábeis críticas:

- Imposto de renda diferido;
- Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados;
- Vida útil de ativos de longa duração;
- Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios;
- Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa;

Imposto de renda diferido

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que, estima-se, não seja mais realizável através da projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e do montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de nossa rentabilidade e de nossas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

Identificamos instrumentos financeiros derivativos “embutidos” relativos à emissão de debêntures, que envolvem compromissos de resgate antecipado e conversão mandatória das debêntures. Esses instrumentos financeiros derivativos “embutidos” estão registrados no nosso balanço patrimonial na conta “Debêntures”, e a determinação desse valor justo envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. Contratamos especialistas independentes para auxiliar na avaliação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de preço de exercício, prazo de conversão, taxa de juros, volatilidade da ação, expectativa de distribuição de dividendos, etc.

O modelo utilizado de precificação e avaliação destes instrumentos financeiros derivativos foi o método de simulação Monte Carlo.

O valor de mercado reconhecido em nossas demonstrações financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa que nós receberíamos ou pagaríamos, conforme apropriado, se nós liquidássemos as transações na data do balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Vida útil de ativos de longa duração

Reconhecemos a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete, significativamente, a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, a vida útil real dos ativos pode variar com base na atualização tecnológica e o nível real de atividade de cada unidade. A vida útil real de ativos de longa duração também afeta os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, realizamos combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3 (2008), aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. Exercemos julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuro descontado pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Não acreditamos que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas utilizadas, podemos estar expostos a efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida útil longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, realizamos uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado por nós.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Independentemente da existência de algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises em período menor que o anual.

Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, reconhecemos uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados para os segmentos de Produtos e Serviços no exercício de 2013 não apresentaram indicio de perdas pela não recuperabilidade de ágio e de outros intangíveis de forma que nenhum efeito advindo desta apuração foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

No exercício de 2012 a Companhia reconheceu as perdas pela não recuperabilidade do ágio nas demonstrações financeiras a perda pela não recuperabilidade de ágio, reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$149,984 milhões, referente: na Lupatech Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Tubular em R\$14,599 milhões, reclassificada como operação descontinuada; na unidade Lupatech – Equipamentos de serviços para petróleo R\$59,227 milhões, na Lupatech Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Oil Tools R\$9,149 milhões, na Norpatagônica R\$0,389 milhões, na Unidade Tecval R\$55,68 milhões, na Unidade Cordoaria São Leopoldo R\$10,0 milhões e na unidade Jefferson R\$0,94 milhões. (Em dezembro de 2011 na Lupatech Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Monitoring Systems em R\$9,884 milhões e Norpatagônica em R\$3,293 milhões).

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principais riscos podemos destacar eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem um aumento de percepção de risco de redução de liquidez e capacidade de refinanciamento.

Demais estimativas e julgamentos aplicáveis às nossas demonstrações financeiras

1. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento das demonstrações financeiras. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Contabilização de “hedge”

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir determinadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, o Grupo documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Receitas (Despesas) Financeiras”.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “hedge” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de “hedge” resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de “hedge” é descontinuada quando o Grupo cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Derivativos embutidos

Quando a Companhia se torna parte de instrumento híbrido (combinado) que contém um ou mais derivativos embutidos, a Companhia avalia se os mesmos devem ser separados do contrato principal e, no caso daqueles para os quais se exija essa separação, são avaliados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo valor justo por meio do resultado.

2. Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

4. Benefícios a empregados – remuneração com base em ações

a) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da sua própria emissão. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Administração revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são de mercado. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta “Reserva de Capital – Opções Outorgadas”.

b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

5. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6. Demonstração do resultado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

Na unidade industrial da Lupatech CSL o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

A Companhia optou por apresentar o demonstrativo do resultado por função.

7. Processos contingentes

(a) Contingências passivas

Por intermédio de nossos advogados, estamos discutindo algumas questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Estes valores abrangem a totalidade das nossas empresas, no Brasil e no Exterior e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamento ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

8. Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados (inclui bônus perpétuos).

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Mensuração do valor justo

O IAS 39 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia mantinha derivativos embutidos em contrato de debêntures e operações de “hedge” de proteção cambial, cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes, sendo utilizado o Nível 3 de informação (Registros não observáveis) para sua mensuração.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBOVESPA; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Durante 2010 iniciou o projeto de criação do Centro de Serviço Compartilhado (CSC) que entrou em funcionamento no primeiro semestre de 2011 e atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. O CSC tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais frameworks de controles.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores avaliam a estrutura de controles internos, não tendo sido reportado deficiências significativas a Administração.

É parte inerente às atividades dos nossos diretores e dos Conselhos de Administração e Fiscal acompanhar e monitorar os eventuais pontos e recomendações apontados pelos auditores externos e também auditores internos. Periodicamente são realizadas reuniões para avaliar a implementação dos planos de ações preparados para fazer frente aos pontos identificados, onde são verificados cumprimento de prazos, responsáveis e eficácia das ações executadas.

O estudo e a avaliação do nosso sistema contábil e de controles internos são conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Realizamos quatro emissões privadas as quais optamos por descrever nesta seção também, dada sua representatividade no nosso endividamento e também por terem sido a principal fonte de recursos para os nossos investimentos nos últimos três anos. As três emissões foram: emissão de Bônus Perpétuos dividida em duas tranches (2007 e 2008) e emissão de Debêntures Conversíveis.

Em 10 de julho de 2007, através da subsidiária Lupatech Finance Limited, realizamos oferta de Bônus Perpétuos sênior de 9,875% no valor total de US\$200 milhões para financiar seu plano de crescimento e reduzir o custo de capital.

Em 30 de junho de 2008, houve a reabertura desta oferta, aumentando o valor total para US\$275 milhões, com o objetivo de alongar o perfil de nosso endividamento, para proporcionar maior flexibilidade financeira de modo que pudéssemos continuar com o nosso plano de crescimento e reduzir nosso custo de capital.

Em 17 de agosto de 2009, concluímos a subscrição da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Flutuante para Colocação Privada da Lupatech S.A. no montante de R\$320 milhões e vencimento final em 15 de abril de 2018, com o objetivo de ressarcir investimentos realizados com recursos próprios nos exercícios de 2007 a 2009.

Adicionalmente, em 05 de abril de 2012, a Companhia celebrou com BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), GP Investments Ltd. (GP) e San Antonio International (SAI), um Acordo de Investimento com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital e acelerar seu plano de negócio em serviços de petróleo e gás.

O Acordo de Investimento regulou as seguintes operações, descritas de forma sumária:

- (i) A realização, pela Companhia, de aumento de capital por subscrição privada, no montante de até R\$700,0 milhões, mediante a emissão de 175.000.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,00 por ação ordinária, o qual foi fixado levando-se em consideração a cotação média ponderada das ações ordinárias de emissão da Companhia nos últimos 20 pregões anteriores ao dia 26 de dezembro de 2011, com deságio de 18,8% sobre esse valor, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei 6.404/76, conforme alterada;
- (ii) Subscrição e integralização pela BNDESPAR e PETROS do aumento de capital, no montante total conjunto de até R\$300,0 milhões, observados determinados termos e condições previstos no Acordo de Investimento. A BNDESPAR poderá subscrever o aumento de capital com a utilização de créditos oriundos das debêntures conversíveis de emissão da Companhia, desde que a Companhia obtenha, no aumento de capital, em moeda corrente, o equivalente ao montante mínimo, ou seja, R\$350,0 milhões;
- (iii) Mediante cessão do direito de preferência pela Lupapar, subscrição e integralização pela Oil Field Services (OFS), do Aumento de Capital, em dinheiro, no valor de R\$50,0 milhões;
- (iv) Incorporação, pela Lupatech, da Holding San Antonio Brasil, aumentando significativamente seu escopo de atuação em serviços para petróleo e gás;
- (v) A eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, que trabalhará em conjunto com a Diretoria Executiva no fortalecimento do modelo de gestão da Companhia resultante.

Em 04 de maio de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou as matérias relacionadas ao aumento de capital, alterações estatutárias e eleição de novo Conselho de Administração.

Em 09 de Agosto de 2012, através da Assembleia Geral Extraordinária da Lupatech foi aprovada a incorporação das operações da San Antonio Brasil pela Companhia. De acordo com a incorporação aprovada nos termos do acordo de investimento, a Oil Field Services recebeu 12.500.000 novas ações que somadas às ações subscritas no aumento de capital, totalizam 25.000.000 de ações de emissão da Lupatech.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Durante o período de exercício dos direitos de preferência na subscrição de novas ações da Companhia, cujo término ocorreu em 06 de junho de 2012, foram subscritas 65.169.069 ações, ao preço de R\$4,00 por ação, totalizando um aumento de capital de no valor de R\$260,7 milhões. Deste total, a GP, por meio da Oil Field Services Holdco LLC, subscreveu o montante equivalente a R\$50,0 milhões. A BNDESPAR e a Petros subscreveram o montante equivalente à totalidade dos seus direitos, por sua vez proporcional às suas respectivas participações acionárias na Companhia, o que corresponde a R\$80,099 milhões e R\$104,893 milhões, respectivamente. A subscrição realizada por outros investidores corresponde a R\$25,7 milhões, onde os custos da transação totalizam R\$9,6 milhões.

De acordo com o estabelecido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de maio de 2012, as sobras de ações não subscritas foram oferecidas para rateio na forma do disposto no artigo 171, parágrafo 7º, “b”, da Lei 6.404/76. Em 7 de novembro de 2012, foi realizado a liquidação do leilão de sobras de ações não subscritas no âmbito do aumento de capital, onde a Petros e a BNDESPAR adquiriram 28.751.878 ações ordinárias, perfazendo o montante total de R\$115,007 milhões, sendo que R\$90,007 milhões foi liquidado em dinheiro e R\$25,0 milhões foi liquidado pela BNDESPAR mediante a utilização de créditos oriundos de partes das debêntures de sua titularidade emitidas na 2º Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da espécie com garantia flutuante para colocação privada da Companhia.

Com isso, foi verificado a subscrição de 93.921.661 ações ordinárias, perfazendo o valor total de R\$375,687 milhões, montante este, superior ao montante mínimo do aumento de capital estipulado pela Companhia.

Em 10 de dezembro de 2012 a Companhia convocou Assembleia Geral Extraordinária para homologação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$11,46 milhões dentro do limite do capital autorizado. Houve a conversão de 10.894 Debêntures em ações de emissão da Companhia durante o processo de aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2012, o qual foi homologado parcialmente nesta data, e também aprovado o cancelamento de 21.600 ações ordinárias mantidas em tesouraria, nos termos do inciso X do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia.

Em 24 de janeiro de 2013, foi aprovado e homologado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital, no valor de R\$1 mil, dentro do limite do capital autorizado, em razão do recebimento de solicitação de conversão de 1 (uma) debênture em ações de emissão da Companhia.

Em 08 de abril de 2013, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, aumento de capital no valor de R\$2,4 milhões, mediante a solicitação de conversão de 2.284 debêntures, dentro do limite do capital autorizado. Cada debênture foi convertida em 263 ações ordinárias, de emissão da Companhia, sendo emitidas neste ato, portanto 600.692 novas ações ordinárias.

Em 27 de setembro de 2013, foi autorizado em reunião do Conselho de Administração aumento de capital em R\$2 mil em decorrência da conversão de 2 debêntures convertida em 263 ações ordinárias de emissão da Companhia durante o processo de aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de maio de 2012, dentro do limite do capital autorizado.

Com a efetivação das conversões, bem como do cancelamento das ações em tesouraria, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$752,27 milhões, dividido em 157.604.619 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, onde a dedução referente aos custos da transação com aumento de capital totalizou R\$9,832 milhões (R\$9,635 milhões no exercício de 2012 e R\$197 mil no exercício de 2013).

Os recursos captados foram utilizados tanto para promover nosso crescimento, seja via aquisições para incremento de linhas de produtos e/ou acesso a novos mercados e clientes e em investimentos de expansão de capacidade, bem como para o fortalecimento da posição de caixa da Companhia e equilíbrio de sua estrutura de capital.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

A totalidade dos recursos captados em todas as emissões foi utilizada em conformidade com a proposta de destinação divulgada nos prospectos das distribuições de Debêntures e de Bônus Perpétuos e na Proposta da Administração de 04/05/2012, que tratou do aumento de capital.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não Aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Nesta data não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.